

Realidade dos alunos negros na universidade brasileira

Nesse texto, serão apresentadas questões relativas aos negros, na Universidade, e também às políticas positivas implantadas no Brasil, para ensinar e propagar o combate ao racismo. Assim, o texto pretende abordar e elucidar ações que dão resultado positivo e, conseqüentemente, apontar o que fazer para construir uma identidade positiva do negro, para a conscientização da população em geral. Assim, essas ações positivas no Brasil e no Mundo surgiram para combater o racismo na literatura, na mídia e em outros campos.

Nas universidades brasileiras, mesmo com modificações no cenário atual, encontramos um número de negros, que não corresponde ao percentual populacional de negros na Nação. Mesmo os órgãos oficiais demográficos, como o IBGE, e os órgãos educacionais, como o MEC, apresentam dados preocupantes sobre os negros nas universidades, pois os números apontados são ainda pequenos.

Então, vejamos: a população brasileira, formada por cinquenta por cento negros e pardos, e em seus quadros universitários tem apenas dez por cento de negros, em sua totalidade. Essa divergência se dá por diversos fatores e um deles é a questão da construção da identidade do negro. Assim, como a identidade étnica deve ser construída, desde a infância, ao longo dos anos, o racismo é implantado em larga escala na educação básica, e de forma inversamente proporcional se dá o acesso dos negros à universidade, ao ensino superior.

Os ensinamentos sobre questões raciais começam dentro de casa e, já em âmbito acadêmico, na educação infantil, vide os livros indicados para a leitura na primeira infância, bem como a postura dos alunos e professores em sala de aula. Conforme a educação recebida em ambiente doméstico e a postura dos dirigentes escolares, perante questões de cunho racial, assim se dará o aprendizado da criança, que passa a respeitar ou não seus colegas de etnia diferenciada. Para tanto, já num segundo momento, com a educação básica há a adoção dos livros que abordam o assunto.

Os livros, via de regra, não incentivam a boa formação e formação de identidade para o aluno negro. À parte os livros históricos, que naturalmente retratam a história do Brasil com o hediondo episódio da escravidão, os livros paradidáticos

raramente apresentam personagens negros ou tais livros raramente são adotados pelas escolas.

Outros fatores que contribuem para uma a não construção da identidade negra, na infância, são os pressupostos e estereótipos usados ao longo de décadas, para retratar o negro. Assim, em alguns ambientes, o negro é apresentado sem qualidades, em contraposição à apresentação da imagem eurocêntrica como padrão de beleza, sucesso, força e inteligência. Isso contribui para o baixa autoestima do aluno negro, já nas bases escolares, o que culmina com o sentimento de inadequação no ambiente escolar e resulta na baixa porcentagem de alunos nas classes de nível superior e quiçá nos quadros de pós-graduação, por evasão escolar.

Ainda, lembrando questões histórias, após a abolição da escravatura, não houve uma política no sentido de integrar à sociedade o negro libertado. O negro, antes escravizado, ao ser libertado ficava sem trabalho ou um trabalho com remuneração muito baixa. Era a política do governo, para que o negro se sentisse excluído da sociedade. Assim, os governantes queriam mostrar que a proposta de abolição não havia dado certo, como vemos a seguir:

“ O insucesso econômico, real ou imaginado, dos processos abolicionistas, as revoltas que às vezes lhe sucederam, o fato de os africanos não terem correspondido às expectativas de quem achava que lhes tinha doado a liberdade, de não se terem convertido em trabalhadores disciplinados e em fiáveis cumpridores dos contratos de trabalho para eles pensados, permitiram que a mentalidade colônia europeia reforçasse a imagem de indolentes e só trabalhavam se fossem direta ou indiretamente forçados. Tal imagem encontrou sua ‘confirmação’ científica nas teorias racistas que ganharam terreno a partir dos finais do século XIX, provavelmente ajudadas pela conjuntura pós-abolicionista.” (Silva 24)

Com essa postura, seguiu a mentalidade e o pensamento da população branca sobre os africanos escravizados, com base também em doutrinas que apontavam os brancos como superiores. Isso perdurou durante muito tempo.

Na literatura, também no Brasil, após décadas, quando o negro começa a ser retratado nos livros, aparece em posições inferiores, subalternas e com o propósito de ser castigado. Isso, em literatura, justifica e reforça o pensamento anterior, já relatado no texto. Mesmo o negro já sendo liberto, continua o estigma e o estereótipo de escravizado, nos textos literários.

Da mesma forma, assim são ensinados, indiscriminadamente, nos bancos escolares, alunos negros e brancos, sem haver a preocupação de formar a identidade positiva do negro, apenas relatando a descrição dos textos literários, que retratavam o negro como escravizado. Nas escolas, os livros relatam os castigos aplicados aos negros escravizados e como eram tratados à semelhança dos objetos, para os brancos que os compravam.

De fato, nas classes do ensino básico, tal leitura aliada aos comentários domésticos, à margem da lei contra o racismo, já indica a formação que dá ensejo ao preconceito racial, por tornar a leitura escolar algo a legitimar a ofensa aos negros. Leitura dos textos, que tratam os negros escravizados como objetos, remontam à fase degradante vivida pelos escravizados, encorajando a não exaltação do negro e, conseqüentemente, formam uma identidade deficitária, imbuída de preconceitos.

E daí, seguem os métodos utilizados que, na normalidade da época, eram descritos e aceitos pela população, que via nos negros escravizados objetos de tortura e servidão:

“A descrição de instrumentos de controle e tortura dos escravos – revelando o funcionamento de alguns dos aparatos físicos e ideológicos empregados pelo ‘senhores’ contra seus escravos – é detalhada com precisão naturalista. Um exemplo contundente é o ferro ao pescoço, descrito no conto como ‘uma coleira grossa, com a haste grossa também à direita ou à esquerda, até ao alto da cabeça e fechada atrás com chave’. Ironicamente, essa coleira menos castigo do que estigma de reincidência.” (Scarpelli 357)

Naturalmente, resta dizer que, com a influência das leituras e ações racistas em ambiente doméstico e escolar, o racismo evoluiu com rapidez e facilidade. Décadas transcorreram e, ao longo dos anos, ações afirmativas foram necessárias para tentar diminuir o abismo existente para os negros, nos bancos escolares. Para criar mais oportunidades aos alunos negros, política de cotas e leis especializadas foram instituídas para equalizar e dirimir as diferenças entre negros e brancos.

A legislação facilitou o acesso e permanência dos negros nas escolas, desde o ensino básico até pós-graduação:

“(…) vivemos em um país que apresenta uma enorme disparidade social, a qual determina os espaços e acessos das pessoas à materialidade de que todos são iguais. Assim, hoje a educação formal, tanto a básica como a

superior, faz com que sujeitos de diferentes classe sociais estejam na sala de aula (...).” (Costa 3)

Ainda assim, com todas as ações instituídas, o número de negros nos bancos escolares, sobretudo em nível superior e pós-graduação, é extremamente diminuto. Os negros não são estimulados a concluir seus estudos em nível de graduação e, na justa medida, o pior ainda acontece em termos de pós-graduação, sobretudo nos cursos *strictu sensu*, mestrado e doutorado.

A referência para o número diminuto de negros, ainda na área de Estudos Afro-Luso-Brasileiros, é um reflexo do que acontece nos quadros universitários, quando são apresentados os docentes. Sem falar em causa ou consequência, a questão realisticamente apresentada, os números têm crescido, ano após ano, sem contudo apresentar resultado satisfatório. O número de docentes e discentes negros, nas universidades, deveria ser bem maior.

A questão do colonialismo ainda está presente, mesmo que de modo tácito, também nos bancos escolares. Ao aluno negro é necessário transpôr barreiras que um aluno branco desconhece. E, infelizmente, muitas vezes o aluno negro se depara com quem não está familiarizado ou não aceita o acesso do negro ao nível superior, conforme acontece em algumas instituições acadêmicas. A supremacia ainda é usada como moeda de troca, em determinados ambientes. E, assim, é determinado quem tem voz e a voz de quem é ouvida.

Questões de raça e gênero devem ser cuidadosamente tratadas, em ambiente escolar, desde a educação básica, para que não haja evasão das minorias e, conseqüentemente, novas oportunidades sejam criadas, diante do novo cenário mundial.

Ao longo das últimas décadas, questões de raça e gênero têm sido discutidas e tratadas, de tal maneira, a fim de dar voz àqueles que antes sentiam prejuízo, ao receber tratamento inadequado. Isso ocorre em todas as áreas escolares, também nos Estudos Afro-Luso-Brasileiros. Mesmo mediante ações afirmativas, os livros que adotam temas sobre raça, políticas anti-racistas e igualdade apresentam pouca circulação, quando são publicados. Sem dúvida, a militância dos movimentos de raça e gênero tem um papel fundamental para fomentar tal discussão. Porém, quando o número populacional é considerado, é nítido perceber que ainda são poucos os negros que chegam ao curso de pós-graduação e menos ainda os que podem publicar seus estudos.

As ações positivas para combater o racismo têm seu ponto de partida quando a população pensa a respeito do preconceito e passa a agir de maneira diferente,

ao perguntar: “como fazer para deter o racismo no Mundo”. Cada um encontrará a resposta, quando começar a combater o preconceito racial com suas atitudes.

O ponto de partida é olhar para os negros que estão em posição confortável e privilegiada, e não olhar para os negros que estão em situação ruim; pensar nos negros de forma positiva, para combater o pensamento negativo associado aos negros, por imposição cultural.

No Brasil e no Mundo, para mudar a mente das pessoas sobre racismo, as pessoas devem olhar para os negros e focalizar a beleza, a inteligência e o nível de capacidade.

Paralelamente, a formação dos professores é fundamental para a aplicação efetiva das leis que contemplam as ações afirmativas em prol dos negros, para que os livros adequados sejam adotados, conforme preceituam as referidas leis. Não basta existir apenas a lei, quando não há um esforço por parte dos educadores e da sociedade para combater de vez o racismo nas escolas e dentro de suas próprias casas.

OBRAS CITADAS

- Costa, Rosilene (2017). *Literatura e formação de professores*. Revista Grupo de Estudos em Literatura Brasileira Contemporânea.
- Machado de Assis (1974). *Conto e teatro*. In: Obras Completas. Rio de Janeiro: Nova Aguillar, 3v. O caso da vara. Mariana. Pai contra mãe.
- Pena, Martins (1997). *O noviço. O juiz de paz na roça*. Publifolha, São Paulo.
- Scarpelli, Marli (2006), *Machado de Assis: literatura e emancipação*. In Marcas da diferença, as literaturas africanas de língua portuguesa. Alameda Editorial, São Paulo.
- Silva, Cristina N. (2013), in *África, Brasileiros e Portugueses*. “Estatutos incertos: ser português e ser cidadão em territórios americanos, africanos e asiáticos do Império Português (séculos XIX-XX).” Mauad Editora Ltda. Rio de Janeiro.
- Taylor, Charles et alii (1994), *Multiculturalismo*. Instituto Piaget, Divisão Editorial, Porto Alegre, RS.

DR. DAMARES BARBOSA, pesquisadora do grupo Timor-Leste: Literatura, Cultura e Sociedade (CNPq) e LIA - Laboratório de Interlocações com a Ásia (USP), possui graduação em Letras pela Universidade de São Paulo (2002), mestrado em Letras (Letras Clássicas) pela Universidade de São Paulo (2008) e doutorado em Estudos Comparados de Literaturas de Língua Portuguesa.